

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO ALF/STS Nº 07/2022

(Processo Administrativo nº 11128.720875/2022-25)

TERMO DE REFERÊNCIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de Óleo Diesel Marítimo Premium e de Gasolina Comum, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, observadas:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFIC. CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL ESTIMADA (12 meses) *
1	1	ÓLEO DIESEL MARÍTIMO PREMIUM, com alto índice de cetano (mínimo de 50) e a concentração de enxofre máxima de 10 ppm (partes por milhão), com qualidade igual ou superior à do óleo Diesel VERANA, da Petrobras S/A, respeitadas as especificações da Resolução ANP nº 52/2010	461555	LITRO	60.000
	2	GASOLINA COMUM, respeitadas as especificações da Resolução ANP nº 807/2020	461506	LITRO	50

*As quantidades acima são estimadas, de modo que a ALF/STS não se obriga a consumi-las em sua totalidade, podendo, assim, demandar quantidades menores, sem que a licitante vencedora, detentora da Ata de Registro de Preços, possa pleitear qualquer custo.

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.

1.3 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A descrição da solução como em todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, e compreende o seguinte:

3.1.1 Especificações completas do óleo diesel marítimo: a empresa deverá fornecer o Óleo Diesel Marítimo A – DMA – conforme especificações da Resolução ANP nº 52/2010, com alto índice de cetano (mínimo de 50) e a concentração de enxofre máxima de 10 ppm (partes por milhão) – com qualidade similar ou superior à do óleo diesel “VERANA”, da Petrobras S/A.

3.1.2 A adoção do Óleo Diesel “VERANA”, da Petrobras S/A, como parâmetro de qualidade mínima para o combustível a ser adquirido, tem como motivação as suas características técnicas (disponíveis no sítio eletrônico <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/produtos>), as quais proporcionam maior desempenho e conservação dos motores das embarcações, menor emissão de poluentes no meio ambiente e maior rapidez nos abastecimentos, pela redução da formação de espuma. Tal combustível é o atualmente utilizado nas embarcações da ALF/STS e tem apresentado excelentes resultados nas atividades desenvolvidas pelos seus operadores. Seu padrão de qualidade representa a melhor opção para o abastecimento das embarcações utilizadas pela ALF/STS, patrimônio público sob sua responsabilidade de guarda e conservação.

3.1.3 A gasolina comum, para ser utilizado no bote da embarcação, deverá estar de acordo com as especificações da Resolução ANP nº 807/2020, especialmente quanto a quantidade de etanol e chumbo permitidos.

3.1.4 Poderão ser solicitadas do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar a apresentação de amostra(s) do(s) item(ns) ofertados na quantidade de 2 (dois) litros do combustível marítimo, coletada(s) diretamente na bomba da empresa licitante por empresa técnica especializada determinada por esta Alfândega e às custas desta. Os critérios técnicos a serem avaliados na amostra serão o índice de cetano (mínimo de 50) e a concentração de enxofre máxima de 10 ppm (partes por milhão).

3.1.5 Os fornecimentos deverão ser realizados em posto marítimo de abastecimento, o qual, para que permita a viabilidade dessas operações, deverá operar nos municípios de SANTOS-SP e/ou GUARUJÁ-SP, uma vez que as vias atualmente existentes não permitem às embarcações operadas o acesso ao Município de São Vicente.

3.2 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

3.2.1 Valor de Referência – conforme item VI do Estudo Técnico Preliminar, o valor de referência praticado neste certame terá como parâmetros: a) o preço médio praticado para o ÓLEO DIESEL COMUM e para a GASOLINA COMUM, na Cidade do Guarujá-SP (conforme a localidade dos postos fornecedores pesquisados), divulgado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) na semana anterior à da licitação ou à do abastecimento. b) os valores praticados para o tipo de combustível a ser contratado na região do seu fornecimento. Sendo assim, com base nas informações obtidas no sítio da ANP na internet para as médias dos preços do combustível praticado no Município do Guarujá-SP, durante a pesquisa realizada, e nos orçamentos de empresas do ramo, pode-se proceder ao cálculo do seguinte índice:

ÍNDICE APLICÁVEL PARA AJUSTE DE PREÇOS – ÓLEO DIESEL MARÍTIMO PREMIUM					
MUNICÍPIO	Média dos Preços Pesquisados (R\$)	Preço Médio Divulgado pela ANP (R\$) – 12/06/22 a 18/06/22	Razão	ÍNDICE DE AJUSTE	Diferença (%)
Guarujá-SP	R\$ 8,43	R\$ 7,09	8,43/7,09	1,1890	18,90%

ÍNDICE APLICÁVEL PARA AJUSTE DE PREÇOS – GASOLINA COMUM					
MUNICÍPIO	Média dos Preços Pesquisados (R\$)	Preço Médio Divulgado pela ANP (R\$) – 12/06/22 a 18/06/22	Razão	ÍNDICE DE AJUSTE	Diferença (%)
Guarujá-SP	R\$ 9,535	R\$ 7,316	9,535 / 7,316	1,3033	30,33%

OBSERVAÇÕES:

- 1) O índice calculado objetiva ajustar os preços médios divulgados pela ANP aos preços médios calculados por meio dos orçamentos obtidos pela ALF/STS junto a fornecedores locais;
- 2) Os preços médios disponibilizados pela ANP se referem aos praticados para diesel “comum” e gasolina comum, o que reforça a necessidade de se adotar o índice de ajuste para sua aplicação ao preço do combustível que será licitado; e
- 3) Os preços médios disponibilizados pela ANP foram obtidos por meio do endereço eletrônico na internet: <https://preco.anp.gov.br> para o município do Guarujá, considerando-se o Resumo I – Semanal.

3.2.2 Para a construção de um preço de referência que adeque os valores oficialmente divulgados ao estimado para o tipo de combustível contratado e a região de contratação, serão adotados os seguintes critérios:

- a) para o óleo diesel marítimo, a base de cálculo será igual ao preço médio do óleo diesel comum, divulgado no site da ANP (<https://preco.anp.gov.br>) para a cidade do Guarujá-SP, na semana anterior à da licitação ou à do abastecimento, multiplicado por **1,1890** (índice de ajuste do valor divulgado pela ANP à média dos preços coletados pela Administração na região onde ocorrerão os fornecimentos).

Base de cálculo do óleo diesel marítimo:

preço médio do óleo diesel comum divulgado na tabela ANP na semana anterior X 1,1890

b) para a gasolina, a base de cálculo será igual ao preço médio da gasolina comum, divulgado no site da ANP (<https://preco.anp.gov.br>) para a cidade do Guarujá-SP, na semana anterior à da licitação ou à do abastecimento, multiplicado por **1,3033** (índice de ajuste do valor divulgado pela ANP à média dos preços coletados pela Administração na região onde ocorrerão os fornecimentos).

Base de cálculo da gasolina comum:

preço médio da gasolina comum divulgado na tabela ANP na semana anterior X 1,3033

3.2.3 Caso não conste no sítio da ANP o valor praticado para determinado combustível na semana anterior à licitação, serão adotadas as “Últimas Coletas” divulgadas pela ANP (<https://preco.anp.gov.br/>), considerando-se o município do Guarujá.

3.2.4 Os valores resultantes da aplicação da metodologia descrita acima não poderão ultrapassar os valores estipulados nas bombas em operação no estabelecimento do fornecedor, quando dos abastecimentos, sendo que, nesse caso, serão considerados para cobrança/pagamento os valores das bombas.

3.2.5 O fornecedor deverá levar em consideração que as quantidades constantes nos itens 1 e 2 deste Termo são meramente estimativas e que as solicitações de fornecimento estarão sujeitas às variações decorrentes das operações marítimas efetuadas pela ALF/STS.

3.3 Amostras:

3.3.1 Poderão ser solicitadas do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar a apresentação de amostra(s) do(s) item(ns) ofertados, que deverá(ão) ser apresentada(as) no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, para conferência do produto em relação às especificações solicitadas no Termo de Referência;

3.3.2 A possibilidade de exigência de amostras se justifica por sanar eventuais dúvidas que persistirem em relação aos componentes do combustível.

3.3.3 A amostra deverá conter de 2 (dois) litros do combustível marítimo e será coletada diretamente na bomba da empresa licitante por empresa técnica especializada determinada por esta Alfândega e às custas da mesma.

3.3.4 Os critérios técnicos a serem avaliados na amostra serão o índice de cetano (mínimo de 50) e a concentração de enxofre máxima de 10 ppm (partes por milhão).

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, uma vez que, nos termos do parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 10.520/2002, seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo Edital deste certame, por meio de especificações usuais no mercado.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa abaixo:

5.1.1. Foi realizada consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível no endereço <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf>, e foi verificado que o objeto que se pretende contratar não possui parâmetros de sustentabilidade específicos para serem aplicados no processo licitatório em questão, além dos exigidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aplicados aos postos de combustíveis e aos combustíveis comercializados. Assim, ao se exigir que a contratada esteja de acordo com as normas da agência reguladora, já estão satisfeitas as condições de sustentabilidade aplicáveis a esse objeto.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 Os fornecimentos serão garantidos por NOTA DE EMPENHO, emitida pela contratante, tendo como favorecido o fornecedor adjudicado, o qual deverá cumprir atentamente as especificações constantes naquele documento, referentes ao produto fornecido.

6.1.2 Os fornecimentos deverão ocorrer em posto marítimo de abastecimento localizado nos Municípios de SANTOS/SP e/ou GUARUJÁ/SP, onde as embarcações atracarão e serão abastecidas conforme as quantidades solicitadas pelos servidores que as operem.

6.2 O recebimento do combustível dar-se-á com observância do descrito no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/1993, e conforme o disposto a seguir:

6.2.1 A simples assinatura do servidor em canhoto de fatura implica apenas o recebimento provisório.

6.2.2 O recebimento definitivo do combustível dar-se-á apenas após a verificação da conformidade com a especificação constante no Edital e seus Anexos, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento provisório.

6.2.3 Caso insatisfatória a conformidade acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações contidas no Edital e seus Anexos. Nesta hipótese, o combustível será rejeitado, devendo ser substituído no prazo máximo de 02

(dois) dias, quando se realizarão novamente as verificações constantes no subitem 6.2.2 deste Termo de Referência.

6.2.4 Na hipótese de a verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.3 Caso o fornecimento do combustível não ocorra no prazo previsto, ou em caso de nova rejeição, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega, sujeitando-se à aplicação de penalidades.

6.4 Os custos da substituição do combustível correrão exclusivamente à conta da empresa contratada.

6.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações da Contratante:

7.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, o tipo e as especificações técnicas;

8.1.1.1 caso os bens oferecidos tenham sido importados, a Contratada deverá comprovar, no momento da entrega, sua origem e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de não serem aceitos e incidirem as penalidades contratuais previstas;

8.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6 nomear, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da ARP, um preposto responsável pelas contratações e um substituto para esse preposto, com a missão de garantir a adequada execução dos fornecimentos;

8.1.7 responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

8.1.8 responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Contratante, ou de terceiros, quando ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do objeto contratual;

8.1.9 prestar os esclarecimentos solicitados pela Contratante, obrigando-se a atender, nos prazos previstos neste termo de referência, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

8.1.10 observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

8.1.11 possuir posto de combustível ou pier flutuante, localizado nos Municípios de Santos ou Guarujá, a uma distância máxima de 10 quilômetros (5,4 milhas náuticas), por mar, a partir do ponto de garageamento das embarcações, que possibilite a atracação destas;

7.1.11.1 Tal exigência justifica-se em virtude de limitações geográficas – como a existência de uma ponte e a profundidade do canal de navegação – e operacionais – a adoção de rota de abastecimento contemplando locais mais distantes inviabiliza a operação devido ao alto dispêndio financeiro e de tempo.

8.1.12 manter o posto de combustível aberto durante todos os dias da semana, em horário comercial (de 8h a 18h), durante todo o ano;

8.1.13 fornecer à CONTRATANTE, no mínimo, um número de telefone fixo, um número de telefone móvel e um endereço de e-mail, objetivando a comunicação rápida no que se refere à execução dos fornecimentos;

8.1.14 substituir, em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, quaisquer partes e/ou peças danificadas pela má qualidade do combustível fornecido, arcando, inclusive, com os custos de mão-de-obra incidentes sobre a substituição de tais partes e/ou peças;

8.1.15 prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso da Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.2.1. Ao atestar as faturas, o servidor responsável ficará encarregado pela fiscalização do combustível fornecido, confirmando se o fornecimento atendeu às cláusulas estabelecidas no Edital e seus anexos. Tal servidor deverá observar o disposto no item 17 deste Termo de Referência, no que se refere ao cálculo do preço devido e ao limite estabelecido no subitem 17.2. Deverá, ainda, anexar às Notas Fiscais/Faturas as pesquisas das médias dos preços praticados para o referido combustível no município, na semana em que ocorrerem os abastecimentos, conforme divulgação no site da Agência Nacional de Petróleo (<https://preco.anp.gov.br>)

12.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1 Não serão aplicados os critérios de reajuste em função das peculiaridades do objeto e utilização do método de cálculo do preço descrito no item 12 deste Termo de Referência.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. DO PREÇO

15.1 Durante a vigência da ARP, o preço do óleo diesel marítimo premium e da gasolina será calculado conforme as fórmulas abaixo:

a) Óleo Diesel Marítimo Premium:

A razão entre o preço ofertado pelo licitante vencedor e o preço de referência X preço médio do óleo diesel comum divulgado no site da ANP na semana anterior X 1,1890

$$(\text{Valor do lance vencedor} / 506.276,75) \times \text{Valor médio divulgado pela ANP} \times 1,1890$$

b) Gasolina:

A razão entre o preço ofertado pelo licitante vencedor e o preço de referência X preço médio da gasolina comum divulgado no site da ANP na semana anterior X 1,3033

(Valor do lance vencedor / 506.276,75) X Valor médio divulgado pela ANP X 1,3033

15.2 A aplicação das fórmulas para a obtenção do preço a ser pago durante a execução da Ata de Registro de Preços faz-se necessária para que sejam mantidas as condições efetivas da proposta obtida na licitação, em relação ao valor estimado da contratação, e para ajustá-la aos preços praticados no mercado (valor médio divulgado pela ANP), considerando-se o índice de ajuste que reflete as variações dos preços de acordo com os combustíveis objeto deste certame.

15.3 O valor resultante da aplicação das fórmulas acima **não poderá ultrapassar o valor estipulado nas bombas em operação no estabelecimento do fornecedor, quando dos abastecimentos**. Caso o valor resultante da aplicação do cálculo acima seja maior do que o valor constante nas bombas, prevalecerá para cobrança este último.

15.4 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

16.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de qualificação técnica por meio de declaração firmada pelo licitante de que possui equipamentos em plenas condições de funcionamento e atendimento à estratégia de fornecimento estabelecida no item 6 do Termo de Referência, conforme modelo do Anexo IV do Edital.

17.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4.1. O Valor Global máximo aceitável será o custo estimado a que se refere o item 18.1, atualizado na semana que antecede a licitação, de acordo com a metodologia descrita no item VI do Estudo Técnico Preliminar, e no item 3.2 deste Termo de Referência.

17.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

17.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1 O custo estimado preliminar da contratação é de R\$ 506.276,75 (quinhentos e seis mil, duzentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE ESTIMADA (12 meses)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ÓLEO DIESEL MARÍTIMO PREMIUM, com alto índice de cetano (mínimo de 50) e a concentração de enxofre máxima de 10 ppm (partes por milhão), com qualidade igual ou superior à do óleo Diesel VERANA, da Petrobras S/A.	Litro	60.000	R\$ 8,43	R\$ 505.800,00
2	GASOLINA COMUM, respeitadas as especificações da Resolução ANP nº 40/2013	Litro	50	R\$ 9,535	R\$ 476,75
PREÇO TOTAL					R\$ 506.276,75
Fornecimentos realizados parceladamente, por meio de abastecimentos em posto marítimo.					

18.2 O custo estimado a que se refere o item 18.1 será atualizado na semana que antecede a licitação, de acordo com a metodologia descrita no item VI do Estudo Técnico Preliminar, e no item 3.2 deste Termo de Referência.

18.3 O custo estimado atualizado nos termos do item 18.2 será considerado o valor máximo da contratação.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Santos, 10 de Agosto de 2022.

Carolina Pinto Louza
Grupo de Logística (GLOG/ALF/STS)
(Documento assinado e datado digitalmente)